

## NOVAS VARIÁVEIS PARA O TRATO DO TERRITÓRIO NA CONTEMPORANEIDADE

ADRIANO BITTENCOURT ANDRADE<sup>1</sup>

**Resumo** – Este texto faz um debate teórico sobre o conceito de “Território”. Aplica-o à luz das densas transformações técnicas, políticas e econômicas no alvorecer do século XXI. Parte do entendimento do território como materialização das relações sociais sobre o espaço geográfico e que este não pode ser tomado como mero receptáculo do fazer humano, mas como elemento fundamental na dinâmica social. O escrito que segue, após o debate conceitual proposto, faz uma breve contextualização do espaço mundial ao final do século XX e início do XXI. Trata das repercussões da dinâmica sócio-político-espacial atual na escala do exercício da cidadania nos territórios intra-urbanos e finaliza observando seis desdobramentos imprescindíveis na tentativa de apreensão das atuais relações territoriais que se impõem à contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Território, século XXI, redes técnicas, dinâmica espacial, globalização.

**Abstract** – NEW VARIABLES IN THE CONTEMPORARY DEBATES ON TERRITORY. This text is a theoretical contribution to the contemporary debates on the concept of “Territory”. It seeks to address this concept under the light of the major technical, political and economic changes that have been taking place in the early 21st century. It builds on an understanding of the territory as the materialisation of social relations upon geographical space – one which must not be regarded as a mere repository of human action, but rather as a fundamental element in social dynamics. After this conceptual discussion, the article: i) provides a brief overview of the main features that have characterised global (world) space in the late 20th and early 21st Centuries; ii) addresses the impacts of the current socio-political-spatial reconfigurations upon the exercise of citizenship in intra-urban areas; and iii) highlights six specific developments that are crucial to understanding territorial relationships in the contemporary age.

**Key-words:** Territory, 21<sup>st</sup> Century, technical networks, spatial dynamics, globalisation.

---

Recebido: 15/09/2008. Aceite: 10/12/2009

<sup>1</sup> Mestre em Geografia e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia/Brasil. E-mail: abittandrade@hotmail.com

**Résumé** – DES VARIABLES NOUVELLES, APPLICABLES AU CONCEPT CONTEMPORAIN DE “TERRITOIRE”. On présente d’abord un débat théorique, relatif au concept de territoire, tel qu’il résulte des transformations techniques, politiques et économiques du début du XXI<sup>e</sup> siècle. Le territoire est ici considéré comme la résultante de l’action des relations sociales sur l’espace géographique, celui-ci n’étant pas seulement un réceptacle d’actions humaines, mais un élément fondamental de la dynamique sociale. On présente ensuite une brève mise au point sur l’espace mondial à la fin du XX<sup>e</sup> / début du XXI<sup>e</sup> siècle. On traite des répercussions de l’actuelle dynamique socio-político-spatiale de l’exercice de la citoyenneté sur l’espace intra-urbain et on présente finalement six points qui sont indispensables à considérer pour comprendre les actuelles relations territoriales.

**Mots-clés:** Territoire, XXI<sup>e</sup> siècle, réseaux techniques, dynamique spatiale, mondialisation.

## I. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade se apresenta, como diria Milton Santos (2000), com a faceta mais perversa de uma Nova Ordem Mundial do capital financeiro globalizado, seja pela massificação das violências transformadas em produto do espetáculo na grande mídia, seja de fato pela dureza de um sistema capitalista que se hegemoniza ao final do século XX e impõe exclusão e uma lógica individualista de pensar e agir segundo as regras do capital às várias periferias do espaço global, atingindo direta e indiretamente países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Os números impressionantes das receitas dos conglomerados empresariais, da produtividade do *agrobusiness* e das exportações mundiais que povoam, estranhamente, o nosso cotidiano, revelam um fausto que, a primeira vista, não condizem com as duras e multifacetadas notícias sobre a fome, violências urbanas, impedimentos políticos e econômicos de toda sorte em tempos de apregoada fluidez.

Através da grande mídia, especialmente na tela da televisão, os dois mundos se deparam. De um lado o “mundo da fantasia”, das cifras exorbitantes e de uma realidade indecifrável para a maioria dos telespectadores, do outro a vida real, vivida com severas restrições para a mesma maioria das pessoas, uma realidade que parece se descolar completamente daquele mundo fictício com o simples ato de desligar a TV.

É neste contexto, de espaços densamente interligados por redes de todo tipo que percorrem um sistema técnico de alcance global, mas uso restrito visto que são seletivas, que as realidades territoriais se impõem. As tensões e conflitos territoriais nas mais diversas escalas aparecem aqui e acolá, ora como motivo para o noticiário, ora como um problema de maior dimensão regional e/ou global que, se não se torna necessariamente um obstáculo à reprodução do capital, certamente se apresenta à sociedade como um óbice à normalidade dos seus dias.

Confirma-se então a forte relação entre Geopolítica e Geoeconomia, historicamente e, sob outras bases, na contemporaneidade. Dominar e usar territórios, já uma referência ao conceito miltoniano (Santos, 2001) que será explorado em seguida, sempre foi uma lógica comum aos Estados; entretanto na atualidade, a apropriação econômica dos territórios e a intensificação da participação do comércio global vão para além dos domínios do Estado, não excluindo este da participação nas negociações geopolíticas/

econômicas que, acontecendo em escalas superiores, por vezes chegando ao cidadão através da mídia, tem repercussões diretas na dinâmica horizontal, da vida vivida, da concretude do acontecer diário.

Dito isto, os escritos que seguem tem a pretensão de se posicionar frente a esta realidade dicotômica que se apresenta de uma forma nos noticiários (um mundo de ilusões) e de outra na realidade do espaço vivido. Busca-se o entendimento da dinâmica contemporânea nas suas variadas esferas tendo como foco as suas expressões territoriais, a partir da convicção precípua de que é no território que as relações em variadas escalas se concretizam e se materializam, por vezes, em forma de conflitos. Nesse sentido cresce em importância a busca pelo entendimento destes conflitos contemporâneos a partir de uma lógica espacial, visto que é no espaço social que a dinâmica global, de fortes relações verticalizadas, se torna realidade quotidiana.

Indo de encontro, frontalmente, ao mito de que a mobilidade ampla e acessibilidade irrestrita (de alguns) culminariam com uma desimportância do espaço, ratifica-se que é no espaço do quotidiano que a vida acontece e deixa as suas marcas em formas e comportamentos. O referido mito só se baseia numa interpretação rasteira do espaço apenas como localização, não levando em conta a sua realização enquanto materialidade social dinâmica e diversa e, como tal, fruto, mas também elemento determinante nas relações sociais, o espaço não como receptáculo, mas como agente das trocas materiais e imateriais. Em síntese, as densas transformações técnicas, políticas, sociais e econômicas pelas quais passou a humanidade na segunda metade do século XX produziram uma “nova” realidade concreta a ser analisada pelas ciências sociais; ou pelo menos, sem que se reforce o niilismo e se esqueça da importante contribuição teórica anterior, é inegável que novas variáveis se impõem para a análise e aplicabilidade de conceitos tradicionalmente usados.

Sob essa problemática, ganham centralidade para o debate atual, não só entre geógrafos, os conceitos de Espaço Geográfico, Lugar, Redes e, especialmente, Território, pois que fundamental para entender os vínculos e a realidade concreta da densa e diversa dinâmica social.

Objetiva-se com este texto, apesar de tratar de outros construtos, precisar o polisêmico conceito de Território a partir do enfoque espacial, apresentando algumas considerações teóricas para que se pense na sua aplicação no entendimento da atualidade. Há diversas análises que recorrem a correntes naturalistas, economicistas e juristas, em detrimento à dimensão espacial, ou seja, em detrimento à importância e concretude dos vínculos indissociáveis entre sociedade e espaço. Este texto, bem como outros trabalhos a seguir referenciados, preenche esta lacuna e apresenta novas nuances para análise do território sob a perspectiva da Geografia, tendo como objeto o espaço social e, mais especificamente, da Geopolítica, visto que nesta as relações que estruturam o espaço são entendidas a partir do embate de poderes e estratégias entre os agentes que produzem o território.

O debate conceitual é indispensável para a construção de análises teóricas e, conseqüentemente, para o pensar sobre os objetos disciplinares. Este é um dos papéis centrais da academia que, dessa forma, apresenta questões e sugere posicionamentos que articulam produção científica e sociedade em vida concreta. Assim, nomeadamente para este texto, discutir o território não significa apresentar verdades prontas, mas participar da discussão acadêmica sugerindo pontos para o debate deste conceito que se revela na expressão mais concreta da vida, o espaço banal, ou, em outras palavras, o espaço do acontecer quotidiano.

Parte-se do entendimento do território como expressão espacial (nas suas dimensões concreta e simbólica) das relações de poder, recorrendo a, já clássica, definição de Marcelo J. Lopes de Souza (1995), tem-se o Território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, as lógicas ambientais, sociais e econômicas são componentes intrínsecas do território, qualificando-o; entretanto a esfera política é priorizada, como fundamento para as relações de poder que se espacializam.

Um exemplo que clarifica esta definição é a da formação histórica das fronteiras nacionais. Limites políticos construídos a partir de relações de poder (formais e informais) que se delinearão ao longo da história e se estabelecem nas relações políticas como verdades prontas, pertencendo inclusive ao nosso imaginário quando na configuração espacial dos países. O questionamento destas fronteiras, por nações ou demais Estados é motivo óbvio de conflito territorial.

Nesse sentido, como escreveu Raffestin (1993), “Toda relação é uma relação de poder”, acrescenta-se que estas relações ganham concretude dentro de uma lógica de conquista – por coerção ou informação – dominação e apropriação sendo possível, dentro deste enfoque, identificar diversos níveis de territórios, a exemplo de territórios supranacionais (blocos econômicos, novas unidades políticas), territórios formais da Geografia Política (países), citados alhures, territórios informais superpostos (Nações – Bascos, Curdos, Chechenios, diversos grupos indígenas, etc), territórios articulados em redes (empresas transnacionais, narcotráfico mundial, comunidades em rede), dentre outros.

Faz-se claro com os exemplos a possibilidade multiescalar do conceito, podendo variar desde a territorialidade pontual da comunidade nipônica do bairro da Liberdade em São Paulo ou de gangues de rua de Salvador, até o território da OPEP ou dos Estados Unidos, também espaços historicamente produzidos e delimitados a partir de relações de poder estabelecidas pelo diálogo e/ou pela força, mas de qualquer forma dominados e apropriados por um grupo social.

Tem-se por outro lado, uma dinâmica contemporânea que, conforme sugerido anteriormente, produz um espaço de grande fluidez, onde a velocidade e intensidade dos fluxos materiais (pessoas e mercadorias) e, principalmente, fluxos imateriais (informações, comunicações e capitais) norteiam a vida da sociedade, trazendo novos elementos às análises territoriais.

Pode-se dizer que, dado a possibilidade de alcance, rapidez e segurança com que as redes técnicas atingem diversos pontos do mundo, as verticalidades impõem fazeres e lógicas territoriais às relações horizontais<sup>2</sup>. Aquelas entendidas como decisões hegemônicas articuladas em redes territoriais hierárquicas e descontínuas que impõem um fazer sobre o espaço, ainda que o centro de decisões esteja distante deste. Já as horizontalidades respondem pelas relações tidas num espaço contínuo, onde o cotidiano se dá num constante encontro de forças e interesses entre agentes do fazer e agentes do mandar.

A composição entre fatores econômicos, técnicos, sociais e políticos, ao longo da história da humanidade, levou a sucessivas transformações da sociedade e do espaço geográfico mundial. A continuidade e dinâmica deste processo produziram alterações concretas acima indicadas, repercutindo no que hoje se conhece como ordem multipolar e globalização.

---

<sup>2</sup> Termos e conceitos miltonianos presentes em várias de suas obras, mas especialmente trabalhados em Santos (1997).

## II. ORDEM ESPACIAL GLOBAL

A ordem bipolar que preponderou, em escala mundial, do final das grandes guerras até o esfacelamento do bloco socialista, ao final da década de 1990, trouxe consigo uma pretensa supremacia do regime capitalista que não derivou de acontecimentos puntiformes, mas da conjunção entre a deterioração de ditaduras comunistas e a transição do capitalismo industrial/concorrencial para uma forma mais apurada e cruel, a financeira/monopolista, esta, alavancada pelas multinacionais, a reconstrução europeia, o aparecimento de fortes mercados no oriente asiático e, já ao final da década de 1970, um espantoso advento tecnológico – especialmente no setor de telecomunicações e informática.

Bob Jessop fez uma avaliação precisa do “breve século XX”<sup>3</sup> quando analisou a transição entre o fordismo e o pós-fordismo detalhando as repercussões deste enquanto processo de trabalho, regime de acumulação, modo de socialização e regulação; em síntese, ele recomenda que o fordismo, decisivo para a organização da sociedade mundial até a crise da década de 1970, se defina:

“(…) em termos de núcleo de um modo de regulação cujas características mínimas compreendem: uma relação salarial onde os salários se indexam com o crescimento da produtividade e da inflação; o Estado tem um papel chave na administração da demanda; e as políticas do Estado ajudam a generalizar as normas do consumo em massa” (Jossep, 1999: 40).

O referido autor, teoriza o pós-fordismo como uma tendência, ainda com grande grau de imprecisão e diverso na sua aplicabilidade pelo mundo. Entretanto, traça como linhas norteadoras de caráter geral, enquanto modo de regulação e socialização: a imposição da flexibilização da relação salarial; a demasiada flexibilidade do sistema financeiro internacional; um novo significado, alcance e importância da especialização flexível; uma resignificação e nova distribuição dos distritos industriais; a grande relevância das pequenas empresas flexíveis e, como consequência, relevantes mudanças do processo de trabalho que afetam as relações de gênero, classe, etc.

A realização da lógica capitalista pós-fordista e a derrocada do socialismo real, faz perceber, na década de 1990, um novo contexto mundial, ou melhor, uma Nova Ordem Mundial, caracterizada pela multipolaridade no sentido da dispersão das esferas de poder entre países (EUA, Europa e Japão) que passavam a impor determinações territoriais aos demais a partir, especialmente, da ação das empresas multinacionais com sede nos países centrais e alcance global, ação esta por vezes distante dos interesses dos espaços em que operavam (veja-se por exemplo a “opção” pelo rodoviarismo nos países periféricos). Uma estruturação territorial imposta por relações de poder assimétricas, normalmente pautadas pela pressão/coerção econômica; desta forma a mundialização do capital também repercutiu num brusco distanciamento sócio-econômico entre os

---

<sup>3</sup> Terminologia utilizada por Eric J. Hobsbawm (1995) na indicação de que o século XX se inicia, segundo uma lógica não cronológica simples, diante da distinta realidade imposta ao antigo imperialismo a partir da Primeira Guerra Mundial, 1914, e se finda com a queda do socialismo (dissolução da URSS) em 1991. Um século “curto”, mas de significativa densidade nos fatos, englobando as duas Guerras Mundiais e o período da ordem bipolar.

países ricos do norte e os pobres do sul. Dentre outros dados possíveis, isso fica evidente na observação da progressão da renda *per capita* entre os anos de 1975 e 2000 (ONU/PNUD, 2002), ao passo que os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega os Estados mais ricos do planeta) passaram de U\$16.048 para U\$27.843, os da América Latina e Caribe migraram de U\$5.850 para U\$7.200.

Esta nova ordem só se fez possível a partir da apregoada globalização econômica e financeira que levou a integração dos mercados mundiais, melhor dizendo, às novas oportunidades técnicas e estruturais que levaram a um intenso crescimento dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações/comunicações e capitais. O mercado e a produção tornavam-se globais, o controle, entretanto mantinha a sua espacialidade ligada aos países centrais. Houve uma verdadeira compressão espaço-temporal (Harvey, 1992) atendendo aos interesses dos agentes hegemônicos (algumas empresas e países, grandes investidores e organismos de controle) que passaram a ter uma real possibilidade técnica e política de ampliar espacialmente a sua ação.

A crescente exclusão que atinge a maioria absoluta da população mundial; os problemas ambientais derivados da matriz energética insustentável; os conflitos nacionalistas e as sucessivas crises econômicas – México, Sudeste asiático, Rússia, Brasil e Argentina – presenciadas recentemente, leva-nos a ouvir um “grito do território” que, em verdade, revela na sua concretude, a dureza e frieza da expansão exclusiva do capitalismo financeiro em todas as escalas do mundo contemporâneo. O exemplo emblemático deste fato é a “nova” crise do capitalismo que, ao final de 2008 atingiu duramente os países centrais fazendo rever as bases dos sistemas neoliberais e repercutindo diretamente no mundo subdesenvolvido, seja pela incerta “fuga” de capitais especulativos, pelo estabelecimento de novas bases protecionistas e diminuição do consumo de produtos dos países periféricos e, mais especialmente, pela retração econômica de grupos multinacionais que, dado aos atrativos locais, atuam dispersos no mundo e, neste momento de crise, capilarizam o problema levando, por exemplo, desemprego massivo e cortes na produção para áreas pauperizadas onde estão localizadas utilizando o território.

### III. ESPAÇO PÚBLICO, CIDADANIA E TERRITÓRIOS URBANOS

Os fenômenos ditos globais repercutem direta ou indiretamente nos encontros pessoais ou de grupos onde se dá o acontecer cotidiano. Percebe-se então dois níveis que se encontram no estabelecimento das relações territoriais: um, comandado pelas verticalidades é impositivo, externo ao local e utiliza o território como um espaço normado, o outro é o das horizontalidades, onde eventos globais e locais se entrecruzam variando a partir da combinação de forças e interesses dos agentes de produção daquele território (presentes ou distantes dele) e daí decorre a materialização do uso do espaço por grupos societários.

Acredita-se então que a cidadania se revela no domínio dos nomoespaços – terminologia adotada por Gomes (2002) para fazer referência aos espaços determinados por normas –, sendo o espaço público a instância mínima da espacialização da política, esta tomada segundo Arendt (2000) e Habermas (1984) como a possibilidade de comunicação e posicionamento entre identidades diferentes.

Assim sendo, a condição de ser cidadão é essencialmente a condição de pertencer a um espaço formalmente normatizado que dá isonomia de direito a todos. Os espaços

públicos são as expressões concretas, no passado e no presente, deste nomoespaço, onde a cidadania, segundo a concepção aqui apresentada, se revela.

Não obstante o termo “cidadania” ter surgido apenas no século XVIII, vinculado ao Estado Moderno, à regulação societária e ao direito universal, o seu significado está vinculado originalmente ao pertencimento e participação da esfera pública nas cidades gregas. Segundo Habermas (1984: 169), da cidadania clássica para a moderna, muda-se o próprio sentido da esfera pública para a esfera social, no sentido de que o debate político dá lugar às necessidades e regulação social.

Analisando a cidadania moderna Gomes (2002: 160-161) constata a transformação do debate político e, numa relação dialética, como causa e consequência, da configuração espacial das cidades, e indica que o público de antes é o passivo espectador da atualidade e, concordando com Habermas, indica o papel da mídia nessa condução dos discursos e consequentemente na formação das massas ou multidões passivas.

Desta forma, o espaço público definido por Habermas como o lugar do discurso político, da co-presença dos indivíduos onde ocorre a publicidade das idéias a partir do uso de uma linguagem comum e do confronto e debate com a opinião pública ainda existe materialmente, fisicamente (como territórios onde o poder das normas se impõe e que, na teoria, podem ser acessados e utilizados por todos – praças, ruas, *shoppings*, hospitais públicos, etc), entretanto tem na atualidade a sua função primeira corrompida pelo direcionamento do debate e, pela imposição de outros símbolos (desenhos urbanísticos e paisagísticos que valorizam o deslocamento ao encontro, símbolos econômicos como o vestuário, símbolos culturais inacessíveis a determinados grupos, dentre outros), que negam a participação do público de fato.

Como consequência, especialmente nas cidades grandes, em detrimento ao exercício livre e de direito da cidadania, os espaços coletivos, construções identitárias, genoespacos<sup>4</sup>, tem se sobreposto sobre os espaços públicos. Nesse sentido, observando a importância da organização espacial na constituição e nas dinâmicas sociais da cidade, Gomes (2002) relaciona quatro exemplos de manifestações de recuo da cidadania nas metrópoles contemporâneas coerentes com essas novas dimensões das relações territoriais na atualidade, quais sejam:

Primeiro, a apropriação privada crescente dos espaços públicos; tem-se como exemplos de ações materiais, formais ou não, de apropriação (camelôs, guardadores de carros, transportadores, prestadores de pequenos serviços, condomínios que avançam sobre a calçada), estas formas se revelam no acesso físico e concreto do espaço. Além disso, há também as formas de apropriação imateriais, como o domínio das propagandas, as *griffes* arquitetônicas, espaços pensados, projetados e “guardados” como reserva de valor, os usos políticos de projetos de requalificação de espaços públicos (Serpa, 2005); nestes casos, mesmo mantidos os limites físicos, há severo uso e apropriação do que seria público por grupos específicos.

Segundo, a progressão das identidades territoriais; é a prevalência do espaço identitário sobre o nomoespaço, ou como Gomes (2002: 182) conclui: “do ponto de vista concreto e físico, o aumento de territórios identitários significa uma diminuição dos

---

<sup>4</sup> Terminologia utilizada por (GOMES, 2002) como uma matriz territorial que remete à individualidade, ao espaço identitário, em analogia ao nomoespaço que seria o espaço da racionalidade e das normas.

espaços públicos na cidade”, do outro ponto de vista, o imaterial, é a própria apropriação que os grupos impõem a um espaço forjado sem identidade, nesse sentido, distante dos seus interesses, símbolos e hábitos que na dinâmica quotidiana vão se adaptar ou adaptar o espaço às suas condições de realização. Vendo desta forma, o espaço público continua a existir de fato, como realidade física e como espaço da cidadania; no entanto, os seus usos tendem a ser diversos a partir do significado que cada grupo dê a ele. A territorialização de um grupo, estabelecendo seu padrão identitário sobre um dado espaço, pode significar a redução da cidadania sobre o mesmo, visto que outros grupos tendem a sofrer restrições para circular ou se expressar no pretense espaço público. Tome-se como exemplos gangues de ruas, torcidas organizadas ou pinchadores urbanos que conquistam identidades territoriais e continuamente, ou em eventos pontuais, como em dias de jogos, fruto da oposição a outras identidades, estabelecem limitações ao uso do espaço.

O emuralhamento da vida social é o terceiro exemplo; o individualismo e isolamento da contemporaneidade, estimulados pelas tensões da cidade, mas também pelo advento técnico que faz com que “o mundo chegue até nós sem que precisemos sair de casa” (Gomes, 2002: 183) reduz os espaços públicos à funções racionais como a circulação e o consumo, negando a sua função primeira de espaço do encontro (de pessoas e idéias) e do debate político. Sob outra escala, Santos (2000) já havia tratado deste tema apresentando como uma das perversidades da atualidade o processo de desumanização pelo qual a humanidade tem passado, especialmente a classe média e alta, visto que se transforma o cidadão em consumidor.

Quarto, o crescimento das ilhas utópicas; diretamente ligado às classes médias e altas que privatizam o espaço público construindo condomínios fechados. Uma demarcação física dos limites com o externo que permite a dicotomia de simular espaços públicos no interior desses enclaves fortificados, porém negando a condição primeira do espaço público: o convívio com a diferença.

#### IV. SEIS QUESTÕES PARA A ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Como se escreveu alhures, o espaço global sofreu densas transformações nas últimas décadas, ainda que com repercussões nada homogêneas para os diversos lugares do mundo. Isso entretanto produziu um novo contexto absolutamente dinâmico que repercute diretamente nas também dinâmicas realidades territoriais. Assim, num esforço de síntese, perfila-se a seguir, como estímulo ao pensar, seis desdobramentos dessas transformações sócio-político-espaciais sem os quais não é possível precisar a análise dos territórios na contemporaneidade.

(1) Qual a dimensão e as atuais possibilidades de uso do território por empresas multinacionais? Uma mais valia global que traz no território um dos atores de exploração, longe daquela antiga idéia de receptáculo passivo da produção, dissemina o uso, o consumo e os ganhos pelo mundo. Territórios, como agentes da economia mundial, se “qualificando” para atrair os capitais produtivos, mas também especulativos, de imensos conglomerados empresariais.

Coerente com as amplas possibilidades atuais de circulação e comunicação, o estabelecimento das empresas se dá onde houver maior ganho sobre o uso do território, sobre o uso dos elementos territoriais (relações sócio-econômicas, infra-estrutura técnica



e regulação – normalmente imposta). Os tradicionais fatores locacionais sempre foram atrativos às empresas. Na atualidade, entretanto, novas variáveis como estímulos fiscais e oferta de boa e barata infra-estrutura de produção entram em cena, impondo uma outra divisão territorial do trabalho e possibilitando ampliação dos lucros no território usado.

Isto não acontece sem repercussões nas relações locais, visto que são decisões verticais que, quando implantadas, alteram a dinâmica da horizontalidade.

Sobre a necessidade de se tornar atrativo e captar recursos e empresas para viabilizar o “acesso” à disseminada e desigual economia globalizada, os territórios são regulados, como território normado, de forma a não apresentarem obstáculos (fiscais, de acesso, entraves técnicos e outros) ao capital, tanto na forma especulativa – virtual – como na produtiva. Sobre este tema e conceituando sobre o território usado, Milton Santos teoriza:

“O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território pelo mercado. É desse modo que se reconstruem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e do fazer” (Santos, 2001: 21-22).

Quatro exemplos ilustram com precisão essa situação: as guerras fiscais entre estados de uma mesma federação que se expõem como mais atrativos à localização desta ou daquela empresa; as indústrias *maquiladoras*, que do lado mexicano da fronteira do Nafta (North America Free Trade Agreement) funcionam se utilizando das vantagens territoriais a um baixo custo e fazem circular o seu produto pelo mundo, mas especialmente no lado estadunidense da fronteira (neste caso política e econômica) estabelecendo com muita proximidade o que Milton Santos sugere como regiões do mandar e do fazer; a exploração dos territórios, principalmente dos países tropicais, pelas empresas da agricultura mundial, que sob o discurso dos benefícios econômicos do *agrobusiness*, produzem segundo uma lógica distante do território usado; e, cronologicamente mais antigas, mas ainda decisivamente presentes, o estabelecimento de plataformas de exportação em países periféricos, porém industrializados (sob base técnica e capital internacional); neste caso a referência clássica são os Tigres Asiáticos, hoje entretanto, territórios diversos se “encaixam” nesse padrão, a exemplo das regiões industriais do Brasil, Argentina e Índia.

(2) O denso espaço reticulado da atualidade em que circulação (produção de infra-estrutura física) e informação (produção da necessidade de consumo) precedem à produção e possibilitam um consumo globalizado – o produto tende a chegar onde houver consumidor/capital, criando redes seletivas –, articulando, através de relações verticalizadas, territórios descontínuos, sendo determinante na imposição de hábitos e produtos estranhos à realidade local.

Como o mercado se mundializa ao final do século XX, as estratégias de produção e, neste caso, venda também passam a ser globais. Comandando essas estratégias que levam à ampliação dos mercados e, conseqüentemente, dos lucros, está a necessidade de produzir o consumidor. Em outras palavras, criar através da mídia o desejo pelo

consumo do produto a ser vendido. Nesse sentido, a propaganda que estimula o consumo pode acontecer antes mesmo do produto chegar concretamente ao mercado.

Como o domínio da produção global está cada vez mais concentrado em alguns conglomerados empresariais, estes tendem a estabelecer, através do *marketing* e da oferta dos produtos, hábitos de consumo aos territórios mais longínquos, desde que seja favorável à reprodução do capital.

Situações correntes exemplificam esta realidade: o lançamento em tempo real do novo modelo de um automóvel em vários países (mercados) do mundo; os desfiles de moda que tendem a acontecer na Europa e EUA, mas são repassados para todo o globo como uma tendência universal e, desta forma, é claro, induzindo o consumo de determinadas marcas; a veiculação em larga escala de filmes e, no nosso caso, de novelas que, repletos de *merchandise*, estabelecem padrões de vestuário, alimentação e hábitos enfim, normalmente “descolados”, e não teria como ser diferente, da imensa diversidade regional.

O alcance destas redes é imenso, da mesma forma que os desdobramentos na produção de novas necessidades, na indução do hábito e, como objetivo fim, do consumo. Um verdadeiro espaço-rede que se concretiza em territórios descontínuos estendendo a sua ação aos mais variados recantos do planeta. Desta forma, utilizando-se de vantagens locais como a oferta de mão-de-obra barata e desarticulada, pequena resistência ambiental, atrativos fiscais ou um determinado mercado consumidor, as empresas passam a ter, efetivamente, ação global, localizando-se e/ou atuando onde for possível reproduzir em maior escala o seu capital. É o espaço reticular, dominado pelas técnicas que aproximam imaterialmente os lugares e permitem o uso dos territórios por agentes distantes deste. O espaço do pensar já não é necessariamente o mesmo espaço do fazer e assim, lógicas externas por vezes criam espaços alienados ao lugar. São hábitos distantes da realidade da vida no lugar que preponderam sobre a pregressa organização local e acabam por homogeneizar costumes.

A partir dessas ponderações, para ilustrar, seria curioso pensar qual o território de um grande conglomerado transnacional, como o McDonalds, por exemplo? Como acontece a sua articulação reticular? Quais são as estratégias de venda a partir da diversidade regional? E, especialmente, quais as repercussões da sua produção (material e imaterial) nos hábitos locais?

(3) Os referidos territórios descontínuos, em muito, mas não exclusivamente, associados aos conglomerados empresariais da ação no mercado global, usam de territórios dos Estados, se apropriando, silenciosamente, dos seus trunfos, em linguagem de Raffestin (1993) e, com grande poder econômico e, conseqüentemente, representatividade política, determinando normas ao território usado.

Joachim Hirsch ratifica a perda da autonomia dos Estados em favor de um sistema de regulação e interesse internacional quando afirma que:

“Entre la crisis del sistema político en los estados capitalistas desarrollados y la crisis de la regulación internacional existe una estrecha conexión que enraiza en la progresiva globalización del capital. Como el sistema capitalista mundial está determinado por espacios económico-sociales diferenciados y la existencia de estados nacionales competidores, carece de la coherencia relativa que por regla general distingue a un contexto de reproducción nacional. (...) el proceso de acumulación global requiere instituciones y mecanismos inter y superestatales propios como presupuesto de un tráfico internacional de mercancías, dinero y capital relativamente estable” (Hirsch, 1996: 42).

O autor é ainda mais enfático quando conclui no mesmo parágrafo indicando que:

“La estabilidad de los contextos de acumulación y regulación nacionales está así ligada a la existencia de un sistema de regulación internacional que al mismo tiempo es constantemente socavado por ellos” (Hirsch, 1996: 42).

É então correto afirmar que nas esferas políticas federais, as decisões são tomadas, não necessariamente coerentes com o interesse nacional, mas a partir de uma conjunção de forças assimétricas (relações de poder) de agentes internos e externos que determinam normas ao território a ser usado. No caso do Brasil, é exemplar a recente liberação do uso da soja transgênica no sul do país, beneficiando, especialmente, às empresas de bandeiras externas (a MonSanto, norte-americana maior produtora de soja do mundo é a principal delas) que usam aquele território e estão articuladas com o fornecimento do produto e seus derivados em escala mundial. Mesmo que haja, como de fato houve, reação de produtores locais, ambientalistas e mercados tradicionais de produtos orgânicos, a reação não é maior que o interesse em jogo.

Assim, pode-se perguntar, num exercício de abstração espacial, qual o real tamanho do território brasileiro? Ou, para ser mais preciso, quem de fato usa o território do Brasil?

(4) A prerrogativa da mobilidade do homem moderno implica a todo o momento em exemplo de desterritorialização (deslocamento do seu espaço identitário) e, conseqüentemente, novas reterritorializações, haja vista que toda emigração pressupõe uma imigração, como afirma de forma contundente Haesbaert (2004).

É importante, entretanto ressaltar que a reterritorialização, freqüente para um grande número de pessoas na contemporaneidade, nem sempre acontece de forma pacífica, aliás, normalmente acontece mediada por conflitos psicológicos (adaptação do indivíduo ou grupo que chega ao novo território) ou sociais (negação do cidadão local ao imigrante).

A desterritorialização, imediatamente, implica em perda e a reterritorialização aparece como novidade. A adaptação e, de forma inevitável, o contato cultural dos encontros de vínculos territoriais distintos acontece sob um misto de convivência e tensão, podendo chegar ao choque extremo quando se dá por uma imposição de ocupação territorial, a exemplo do conflito Palestino-Judaico e, mais recentemente, da ocupação do território iraquiano por norte-americanos.

Por outro lado, os territórios de uma metrópole, como no caso dos imigrantes (nordestinos, orientais, judeus, italianos, etc) que se reterritorializam em São Paulo, ou dos brasileiros em Lisboa/Portugal – estes se avolumam numericamente, possuem uma relativa dispersão pelo espaço metropolitano, guardam facilidades de adaptação fruto das similaridades lingüísticas – revelam uma possível convivência, inclusive com transposição de elementos físicos do seu território natal, mas nunca sem conflitos em diversos níveis, normalmente associados ou a exclusão ou a segregação espacial ou mesmo, e especialmente, nas relações do espaço banal.

(5) No importante domínio do conceito de Território é fundamental diferenciar e posicionar os agentes e suas respectivas territorialidades, para que não se acredite que há um quadro homogêneo. Muito antes disto, o que há é diversidade, haja vista que a mobilidade e tantos outros pressupostos técnicos não estão acessíveis a todos e, mesmo as redes que se mundializam, são seletivas no sentido de se apropriarem de territórios segundo os seus interesses de reprodução.

Para ilustrar é possível fazer uma clara distinção entre o cidadão que vive múltiplas territorialidades e um outro, por vezes dividindo mesmas localizações, que se vê alienado no seu território. Então vejamos:

As multiterritorialidades refletem um fenômeno contemporâneo que permite o uso múltiplo dos territórios, como derivação da ampla possibilidade de articulação em redes materiais e imateriais globais. Nesse sentido, pessoas e firmas se reterritorializam frequentemente para se apropriarem destes novos espaços de reprodução do capital. Rati-fica-se o conceito recorrendo a Haesbaert quando este afirma que

“Territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição e/ou da combinação particular de controles, funções e simbolizações, como nos territórios pes-soais de alguns indivíduos ou grupos mais globalizados que se permitem usufruir do cosmopolitismo multiterritorial das grandes metrópoles” (Haesbaert, 2004: 342).

Ou seja, uma “nova” territorialidade associada ao apregoado “cidadão global”, termo em moda, assim como “cidade global”, mas que se limita a um número bastante restrito de atores da globalização se distanciando do mito da ampla acessibilidade e fluidez dos homens na contemporaneidade.

De outro lado, está o indivíduo excluído, heterônimo, que tende a viver a alienação no seu próprio território, ou seja, um território, produzido e apropriado pela sociedade que passa a ter outros usos, segundo uma lógica extra-local. A sua experiência vivida e seus hábitos são negados a partir de uma nova dinâmica imposta de uso do território causando estranhamento e estratégias de adaptação à população local, a exemplo dos territórios turísticos e as áreas de modernização da agricultura sob um viés concentrador, como no *front* da soja amazônica.

Quando determinações de espaços do mandar se encontram com espaços do fazer – articulações e decisões verticais produzindo repercussões nas horizontalidades – há também encontros de territórios sobrepostos produzindo novas dinâmicas espaciais.

Aqueles articulados a uma rede global, estes, territórios alternativos, espaços de resistências, possibilidades de vida e de subversão à ordem imposta. O que Haesbaert sugere como:

“Alternativos, aqui, no sentido da crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes” (Haesbaert, 2002: 11).

Territórios que, na sua forma mais concreta, apresentam as alternativas às determinações globais que tendem a caracterizar o período popular conceituado por Santos (2000).

(6) Numa nova ordem econômica que se dá a partir da égide do capitalismo financeiro, o enlace entre Geopolítica e Geoeconomia é determinante. A busca pelos trunfos do território é uma evidência a ser revelada. As ações ou embates geopolíticos guardam, mascarados por um discurso competente, interesses econômicos.

O estabelecimento de um padrão econômico neoliberal mundial, especialmente a partir do Consenso de Washington, em 1988, produziu uma embalagem comum nas economias mundiais, especialmente nos países pobres, que possuem poucos meios de se desvencilhar da determinação ideológica que induz às medidas que lhe asseguram a

participação no “jogo das trocas globais”; em verdade, uma garantia de produção de territórios normados que permitam o amplo uso do espaço mundial pelas empresas transnacionais.

Essa roupagem econômica comum, bem como a prevalência dos assuntos ligados à geoeconomia não revelam, à primeira vista, os interesses e necessidades geopolíticas.

Têm-se de fato ações geopolíticas, com óbvias repercussões espaciais que trazem na esfera econômica os interesses pelos trunfos do território. Várias questões possuem aí a chave para o entendimento: A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) que inclui todos os países americanos, mas exclui Cuba, é uma determinação Geopolítica ou Geoeconômica? Quais os trunfos do território iraquiano para os EUA? Quais os interesses da nova Geopolítica do governo brasileiro?

É possível vincular essas questões analisadas acima à existência concreta do território brasileiro, o que estimula a pesquisar sobre os diversos territórios sobrepostos na base do espaço nacional; no embate político, de dinâmica quotidiana, entre territórios formais e informais, tão próprios da nossa realidade, especialmente a urbana e, enfim, imergir na análise territorial da Geopolítica interna, de tão contundentes exemplos de tensões, como (1) o uso da fronteira Amazônica, (2) a posse pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (3) os conflitos pela apropriação dos territórios urbanos, com destaque ao poder paralelo de territórios informais do narcotráfico (normalmente atrelados a redes mundiais de produção, circulação e consumo) e à luta pelo “território mínimo” dos Sem Teto, ou (4) de rusgas regionais do poder formal como as guerras fiscais – a atração do território – e outras envolvendo litígios político-econômicos entre unidades da federação.

Essas possibilidades de análise territorial e outras mais sugerem que o escrito que aqui se finda mais que apresentar respostas, traz questões para o debate acadêmico, colocando como conceito central para o entendimento da dinâmica espacial atual o Território, ou para ser mais preciso, apresentando ao debate novas variáveis para o trato do Território na contemporaneidade.

Nesse sentido a Geografia se revela como ciência fundamental para a apreensão da dinâmica sócio-espacial, daí a importância de retomar, discutir, aprofundar e aplicar a sua base conceitual.

Ratifica-se enfim que as questões aqui apresentadas e outras mais contam para uma clara compreensão da dinâmica espacial contemporânea e devem estar presentes no embate científico como viés para o pensar crítico e analítico do espaço da vida, tratando, conforme ensinou Santos (2001: 11), do território “como um ator e não apenas como um palco”.

## BIBLIOGRAFIA

- Arendt H (2000) *A condição humana*. 10ª ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- Gomes P C C (2002) *A condição urbana. Ensaios de geopolítica da cidade*. Bertrand, Rio de Janeiro.
- Habermas J (1984) *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Haesbaert R (2004) *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

- Haesbaert R (2002) *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; Contexto, São Paulo.
- Harvey D (1992) *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad.: Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 7.<sup>a</sup> ed., Loyola, São Paulo.
- Hirsch J (1996) *Globalización, capital y Estado*. D.F.: Universidade Autônoma Metropolitana, México.
- Hobsbawn E J (1995) *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. Trad. Marcos Santarrita; Ver. Maria Célia Paoli. Companhia das Letras, São Paulo.
- Jessop B (1999) *Crisis del estado de bienestar. Hacia una nueva teoría y sus consecuencias sociales*. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Nacional de Colombia.
- ONU/PNUD (2002) *Relatório do desenvolvimento humano 2002*. Nova Iorque.
- Raffestin C (1993) *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. Série Temas, vol. 29. Ática, São Paulo.
- Santos M (2000) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro / São Paulo.
- Santos M (1997) *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2.<sup>a</sup> edição. Hucitec, São Paulo.
- Santos M, Silveira M L (2001) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro.
- Serpa A (2005) Parque público: um alibi verde no centro de operações recentes de requalificação urbana?. *Revista Cidades*. 1(3): 111-141.
- Souza M J L (1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In Castro Iná E, Gomes P C C, Corrêa R L (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Bertrand, Rio de Janeiro: 77-115.